



Direito Processual Civil Executivo

Teste – 16 de maio de 2022

Versão A

Duração: 120 minutos. Cotação: 1,25 por pergunta.

Nome: _____ N.º de aluno(a): _____

Classificação: _____ Assinatura do professor: _____

1. Selecione a afirmação correta quanto ao procedimento de injunção.
 - a. A oposição da fórmula executória no requerimento de injunção cabe ao juiz.
 - b. O procedimento de injunção só pode ser utilizado quando estejam em causa transações comerciais de valor igual ou inferior a € 15 000.
 - c. O procedimento de injunção pode ser utilizado para exigir o cumprimento de uma obrigação de entrega de coisa certa.
 - d. O requerido dispõe um prazo de 10 dias contados da notificação do requerimento de injunção para pagar ou deduzir oposição.
 - e. **Caso o pedido exceda o limite de valor previsto na lei, a secretaria deve recusar receber o requerimento de injunção.**

2. Qual dos seguintes não é título executivo?
 - a. Certidão de dívida de contribuições à Segurança Social.
 - b. Requerimento de injunção ao qual foi aposta fórmula executória no valor de € 14 500.
 - c. Sentença que condena Ana no pagamento de € 500 000, estando pendente recurso com efeito devolutivo.
 - d. **Sentença proferida por um tribunal arbitral em arbitragem que teve lugar no Dubai.**
 - e. Nenhum dos indicados.

3. Célia adquiriu um automóvel à sociedade “Deals” (com sede no Porto) por documento particular assinado em 2012. Célia nunca chegou a pagar o preço. Apesar de o contrato ter sido celebrado em Madrid (por ocasião de uma feira automóvel), Célia reside em Lisboa e tem vários bens móveis em Loulé. A obrigação devia ser cumprida no Porto. Qual é o tribunal competente?
 - a. **Juízo de execução de Lisboa.**



- b. Os tribunais portugueses não são internacionalmente competentes.
 - c. A “Deals” pode optar por propor a ação no juízo de execução de Loulé ou no juízo de execução de Lisboa.
 - d. A “Deals” pode optar por propor a ação no juízo de execução de Lisboa ou no juízo de execução do Porto.
 - e. Juízo de execução de Loulé.
4. Bruno foi condenado por sentença arbitral transitada em julgado no pagamento de € 10 000 e, bem assim, dos juros vencidos e vincendos à taxa legal. Selecione a opção correta.
- a. A sentença só constitui título executivo quanto à obrigação de capital, sendo necessário proceder à liquidação dos juros em nova ação arbitral.
 - b. A obrigação de juros é ilíquida, cabendo ao agente de execução liquidar os juros vencidos após a apresentação do requerimento executivo. A liquidação tem lugar mensalmente.
 - c. A obrigação de juros é ilíquida, cabendo ao agente de execução liquidar os juros vencidos após a apresentação do requerimento executivo. A liquidação tem lugar no final da execução.**
 - d. Tanto a obrigação de capital como a obrigação de juros são líquidas.
 - e. A obrigação de juros é ilíquida, cabendo ao agente de execução a liquidação de todos os juros vencidos desde a prolação da sentença arbitral.
5. Etelvina adquiriu um barco à “Fishing, Lda.” por escritura pública, tendo as partes acordado que o preço seria pago em prestações mensais de € 1000. A obrigação de pagamento do preço foi garantida através da constituição de hipoteca sobre um imóvel de Gabriel, amigo de Etelvina. Entretanto, Etelvina faleceu, tendo-lhe sucedido Hélder, sendo ambas os factos do conhecimento da “Fishing, Lda.”. Tendo em conta que há várias prestações em atraso, a “Fishing, Lda.” pretende saber o que é que pode fazer.
- a. Pode propor ação executiva contra Hélder e Gabriel.**
 - b. Deve propor ação executiva contra Etelvina e Gabriel.
 - c. Só pode propor ação executiva contra Hélder.
 - d. Só pode propor ação executiva contra Etelvina.
 - e. Só pode propor ação executiva contra Gabriel.
6. Assinale a situação em que existe litisconsórcio e a cumulação de pedidos é admissível.
- a. Execução proposta contra Igor e Joaquina com base em dívidas distintas. O título executivo é, quanto a Igor, uma letra e, quanto a Joaquina, uma sentença judicial.
 - b. Execução proposta contra Igor e Joaquina, devedores conjuntos, para pagamento da sua quota-parte da obrigação. O título executivo é, quanto a Igor, uma letra e, quanto a Joaquina, um requerimento de injunção com fórmula executória.**



- c. Execução proposta contra Igor e Joaquina, devedores conjuntos. O título executivo é, quanto a Igor, uma letra e, quanto a Joaquina, uma sentença judicial.
 - d. Execução proposta contra Igor e Joaquina, devedores conjuntos, com base em sentenças judiciais distintas quanto a cada um dos executados.
 - e. Execução proposta contra Igor em que se pretende obter a condenação deste no pagamento de € 5000 (com base num requerimento de injunção com fórmula executória) e na entrega de um automóvel (com base numa sentença arbitral).
- 7.** Indique em que caso o patrocínio judiciário não é obrigatório.
- a. Recurso da decisão proferida em sede de oposição à execução. A ação executiva tem um valor de € 4000.
 - b. Ação executiva no valor de € 30 010.
 - c. Ação executiva no valor de € 7000 em que tenha sido deduzida oposição à execução.
 - d. Ação executiva no valor de € 8000.
 - e. Ação executiva no valor de € 4000 em que tenha sido deduzida oposição à execução.**
- 8.** Tendo em conta a repartição de funções entre o juiz e o agente de execução no âmbito do processo executivo, selecione a afirmação correta.
- a. O agente de execução carece de autorização do juiz para aceder às bases de dados da Segurança Social com o intuito de aferir da existência de bens penhoráveis.
 - b. A prática de atos jurisdicionais no processo executivo carece de intervenção do juiz.**
 - c. A recusa do requerimento executivo cabe sempre ao agente de execução.
 - d. O juiz pode substituir livremente o agente de execução.
 - e. O bloqueio da parte do saldo bancário do executado numa conta conjunta depende sempre de despacho judicial.
- 9.** Em qual destes casos deve a citação ser anterior à penhora?
- a. Execução contra Laura baseada numa sentença arbitral estrangeira reconhecida em Portugal.
 - b. Execução contra Laura baseada em requerimento de injunção com fórmula executória.
 - c. Execução contra Laura baseada em cheque no valor de € 15 000, mediante requerimento do exequente. Do registo informático de execuções consta a frustração parcial de uma anterior ação executiva movida contra Laura.
 - d. Execução contra Laura baseada em sentença arbitral que a condenou no cumprimento de uma obrigação genérica. A escolha da prestação cabe a um terceiro.**
 - e. Nenhum dos indicados.
- 10.** Indique em qual das seguintes hipóteses o juiz não deve proferir despacho liminar.



- a. O título executivo é uma escritura pública de compra e venda na qual o executado se obrigou a pagar € 30 000.
- b. O título executivo é uma letra contra um dos cônjuges no valor de € 5100. O exequente invoca no requerimento executivo que a dívida é da responsabilidade de ambos os cônjuges.
- c. O título executivo é uma letra no valor de € 5100, pretendendo-se penhorar um bem móvel do executado.**
- d. O título executivo é uma sentença judicial que condenou o réu no cumprimento de uma obrigação genérica. A escolha da prestação a efetuar cabe a um terceiro.
- e. O título executivo é uma sentença arbitral que, entre outros aspetos, condenou o réu no pagamento de uma indemnização pelas despesas que a autora venha a ter até integral recuperação.

* Nota: por lapso de escrita (já corrigido nesta versão), a versão do teste que realizaram referia-se a um “imóvel do executado”. Nesse caso, o juiz também deveria proferir despacho liminar (art. 855.º-5, n.º 5), pelo que todas as respostas estavam incorretas. Por essa razão, a questão foi anulada e todos tiveram 1,25 valores.

11. Em execução para pagamento de € 9000, foi penhorada a habitação própria permanente de Manuel (executado). Além deste imóvel, o executado é ainda proprietário dos seguintes bens: automóvel em 2.ª mão no valor de € 2000; salário de € 1500. Manuel pretende saber se a penhora da habitação própria permanente é admissível.
- a. **Não, porque a penhora de outros bens permitia a satisfação integral do crédito no prazo de 30 meses.**
 - b. Sim, porque a penhora de outros bens não permitia a satisfação integral do crédito no prazo de 12 meses.
 - c. Não, porque o direito à habitação impõe a impenhorabilidade da habitação própria permanente.
 - d. Sim, porque a penhora de outros bens não permitia a satisfação integral do crédito no prazo de seis meses.
 - e. Não, porque a penhora de outros bens permitia a satisfação integral do crédito no prazo de 12 meses.
12. Qual dos seguintes fundamentos terá sucesso em sede de oposição à execução?
- a. Ilegitimidade do réu na ação declarativa por preterição de litisconsórcio necessário. O título executivo é uma sentença judicial.
 - b. **Nenhum dos indicados.**



- c. Prescrição do direito, sendo o título executivo um requerimento de injunção com fórmula executória. A prescrição é anterior ao início do procedimento de injunção e não foi invocada nesse procedimento.
 - d. Nulidade do contrato já conhecida pelo demandante antes do início da arbitragem. O título executivo é uma sentença arbitral
 - e. Anulabilidade do contrato com base em erro, sendo o título executivo um requerimento de injunção com fórmula executória. O vício já era conhecido antes do início do procedimento de injunção e não foi invocado nesse procedimento.
- 13.** Escolha o conjunto em que nenhum bem ou direito é penhorável. Assuma que os bens e direitos indicados pertencem ao executado e foram encontrados na casa de habitação efetiva deste.
- a. Máquina de lavar loiça; gato persa; computador que o executado utiliza na sua atividade profissional.**
 - b. Dois aparelhos de ar condicionado; gato persa; poltrona de massagens.
 - c. Imagem sagrada utilizada todos os anos nas festas religiosas locais; poltrona de massagens; computador que o executado utiliza na sua atividade quotidiana.
 - d. Barbecue a gás; crédito de alimentos; conjunto de videogames para a consola “XPTO”.
 - e. Poltrona de massagens; barbecue a gás; computador que o executado utiliza na sua vida quotidiana.
- 14.** Em execução movida contra Nuna, foram penhorados os seguintes bens: imóvel arrendado a Óscar; duas televisões encontradas no interior da habitação própria permanente de Nuna; automóvel registado a favor de Nuna; direito de crédito de Nuna contra Petra. Selecione a afirmação correta.
- a. Na sequência da penhora, o agente de execução é constituído depositário do imóvel e das televisões.
 - b. Caso Petra pague o valor em dívida diretamente a Nuna após ser notificada de que o crédito fica à ordem do agente de execução, esse pagamento não é oponível à execução.**
 - c. O veículo automóvel é sempre removido na sequência da penhora.
 - d. A penhora do imóvel arrendado e do direito de crédito sobre Petra carecem de registo.
 - e. A remoção das televisões encontradas na habitação própria permanente do executado pode ter lugar em dia feriado e carece sempre de intervenção da força policial.
- 15.** Em execução contra Renato, foi penhorado um imóvel deste. A penhora foi registada a 15 de abril de 2022. Qual das seguintes pessoas pode deduzir embargos de terceiro?



- a. **Sara, usufrutuária do imóvel. O usufruto foi constituído e registado a 10 de abril de 2022. Existe uma hipoteca sobre o imóvel constituída e registada a 2 de abril de 2022. A penhora incide sobre a propriedade plena.**
- b. Teodoro, credor com hipoteca sobre o imóvel penhorado. A hipoteca foi constituída e registada a 2 de abril de 2022.
- c. **Nenhuma das indicadas.**
- d. Úrsula, com base em direito de preferência com eficácia real sobre o imóvel penhorado.
- e. Valério, adquirente do imóvel. O contrato de compra e venda foi celebrado a 28 de abril de 2022, mas ainda não se encontra registado.

* Nota: a extinção do usufruto em razão da hipoteca anterior (art. 824.º-2 do CC) pressupõe que o credor hipotecário reclame o seu crédito na ação executiva. Caso o crédito não seja reclamado, o direito de usufruto não se extingue, pelo que Sara poderá deduzir embargos de terceiro. Como o enunciado não era explícito quanto à questão de saber se Teodoro reclamou o seu crédito, aceitei ambas as respostas.

16. Em execução para pagamento de € 20 000, foi penhorado o salário do executado, no valor líquido mensal de € 3600 Tendo em conta o salário mínimo nacional para 2022 (€ 705) e que o executado não tem outros rendimentos, seleccione a opção correta quanto ao montante penhorável.
- a. € 2400.
 - b. € 705.
 - c. € 3600 caso o crédito exequendo seja de alimentos.
 - d. **€ 1485.**
 - e. € 1200.